

## JUÍZO FINAL: VIVENDO O PRESENTE A PARTIR DO FUTURO

Miguel Munhós FILHO\*

**RESUMO:** Apresentamos neste artigo a doutrina bíblica escatológica do Juízo Final, pois mesmo que a Bíblia apresente passagens que nas suas narrativas indiquem a justiça retributiva de Deus, também é manifesto na Sagrada Escritura que os juízos de Deus no presente não são o chamado Juízo Final, quando será julgado todo ser humano e os anjos apóstatas. O Juiz será o Senhor Jesus, como parte da sua exaltação, que retornará em poder e glória após a ressurreição dos santos e dos ímpios, julgando perfeitamente a cada um segundo suas obras em vida (2 Co 5:10). Sendo que os santos, aqueles justificados em Cristo, obviamente não ouvirão o juízo condenatório, mas prestarão contas de suas obras para receberem seus respectivos galardões, enquanto os ímpios

---

\* Pastor Presbiteriano (IPB); Especialização em Teologia Bíblica pelo Instituto Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper - Mackenzie (SP); Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Sul Americana (Londrina - PR); Missionário pelo Instituto Bíblico Eduardo Lane - IBEL (Patrocínio MG); Professor na FATESUL (Faculdade Presbiteriana Sul Brasileira - Curitiba - PR) responsável pela Disciplina Introdução ao Novo Testamento. E-mail: miguelmunhos@yahoo.com.br

ouvirão a publicação da sentença final, já que não creram em Jesus e nem na sua morte vicária, permanecendo sem o Advogado espiritual (1 Jo 2:2).

**PALAVRAS-CHAVE:** Juízo Final; Justiça Retributiva; Jesus, o Juiz; Galardão; Escatologia; Anjos Apóstatas.

## INTRODUÇÃO

Mesmo que haja a justiça retributiva, ou seja, o Senhor manifestando Sua justiça no presente em indivíduos e nações, como um “freamento” temporal, como no caso das cidades pecaminosas de Sodoma e Gomorra que se tornaram exemplos de juízo divino (Gênesis 18:20 – “... e o seu pecado se tem agravado muito”), ou por propósitos que para nós é mistério e pertence somente a Ele, o mundo continua sendo palco de pecaminosidade pessoal e coletiva praticada de modo avassalador. Não se deve pensar nesse contexto pecaminoso que Deus se tornou inativo, não se importando mais com a Sua criação ou que não tenha mais controle sobre a História. O que a Bíblia ensina é que o Senhor determinou o

juízo final, também chamado “dia da ira” (Rm 2:5) ou “dia do juízo” (Mt 11:22).

Pode passar despercebido, mesmo para cristãos, que Deus julga o pecado. Talvez pelo cenário que infelizmente impregnou a teologia dos nossos dias com um evangelho social que pensa somente em políticas e ações redentivas, ou um evangelho de prosperidade, que enfatiza paz e alegria pessoais (HORTON, 2017, p. 271); também devido à influência de adágios populares como “aqui se faz e aqui se paga”, e pela ênfase aos assuntos mais conhecidos em escatologia como “milênio”, “grande tribulação” e “arrebatamento”, esquecendo de outros aspectos importantes da escatologia, inclusive o julgamento final.

A proposta do presente artigo é apresentar a doutrina do Juízo Final, quando todos prestarão contas de suas obras ao Senhor Jesus que presidirá o julgamento, tendo como partes os santos, ímpios e anjos apóstatas. Para alcançar o proposto, o artigo apresenta, depois de uma breve introdução, tópicos essenciais para uma boa compreensão do assunto em

pauta, como a justiça retributiva de Deus, ocasião do juízo final, Jesus presidirá o julgamento, partes que serão julgadas, a matéria do juízo são as obras feitas no corpo, propósito principal do juízo final e principais objeções a respeito desse juízo.

A doutrina discorrida neste artigo evitou alimentar curiosidade ou especulação das pessoas, procurando pautar-se pela teologia reformada e tendo a Bíblia Sagrada como principal fonte de consulta, sem deixar de pesquisar outras obras de apoio na interpretação e argumentação como o Credo Apostólico, Confissão de Fé de Westminster e Catecismo de Fé de Westminster. Também livros de escritores conhecidos devido à teologia que professam, entre eles: João Calvino, L. Berkhof, Charles Rodge, J.I. Packer, A. Hoekema, R. G. Sproul e Leandro A. de Lima.

## 1. JUSTIÇA RETRIBUTIVA DE DEUS

A Bíblia nos ensina claramente que, ainda na presente vida, Deus visita o mal com castigos e recompensa o bem com bênçãos, e que estes castigos e recompensas são positivos nalguns casos, mas noutros aparecem como resultados providenciais naturais do mal cometido ou do bem praticado. Por isso, há um julgamento providencial de Deus nas vicissitudes de indivíduos e nações (BERKHOF, 2001, p. 672). Embora nem sempre se reconheçam ou aceitem que Deus julga ativamente o pecado, as passagens bíblicas narram manifestações da justiça retributiva de Deus na história de indivíduos e das nações.

Exemplos do julgamento divino: julgou Adão e Eva devido a desobediência – conhecido como “pecado original” ou “primeiro pecado” (Gn 3: 8-24); julgou o mundo corrupto no tempo de Noé, enviando o dilúvio (Gn 6 – 9); julgou as cidades de Sodoma e Gomorra devido à pecaminosidade (Gn 19:1 - 29); julgou os egípcios enviando as dez pragas (Ex 7 – 12); julgou Miriã e Arão pela sedição contra Moisés (Nm 12);

julgou Israel devido à desobediência, sendo que o reino do norte (Israel) foi alvo do cativo assírio e o reino do sul (Judá) se tornou alvo do povo babilônio (II Rs 17; 23:26 e 27); julgamento sobre o casal Ananias e Safira por terem mentido (At 5:1 - 11); julgamento a Herodes pelo orgulho (At 12:20 - 23); julgamento sobre os cristãos da cidade de Corinto por causa da falta de temor em relação a Santa Ceia (1 Co 11:29 - 32).

Também é manifesto na Escritura que os juízos de Deus no presente não são finais. Às vezes o mal prossegue sem a devida punição, e o bem nem sempre é recompensado nesta existência com as bênçãos prometidas. A Bíblia ensina a ter os olhos postos no futuro, inclusive no juízo final, vendo neste a resposta decisiva de Deus para todas essas interrogações, a solução de todos esses problemas e a remoção de todas as discrepâncias aparentes da era atual (BERKHOF, 2001, p. 672). Sendo que o juízo demonstrará e reivindicará a perfeita justiça de Deus, deixando evidente para aqueles que duvidam da

justiça divina que Deus é justo e julgar com justiça é sua glória (Ap 6:10).

Num mundo de pecadores, em que Deus permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos (At 14:16), não é de admirar que a impiedade seja desmedida e haja dúvidas sobre se Deus, sendo soberano, pode ser justo, ou, sendo justo, pode ser soberano. Mas, para Deus, julgar com justiça é sua glória, e o Juízo Final será sua autodefesa final contra a suspeita de que Ele deixou de se preocupar com a justiça (Sl 50: 16-21; Ap 6:10; 16:5-7; 19:1-5). (PACKER, 2004, p. 216).

## 2. OCASIÃO DO JUÍZO FINAL

Mesmo que a Escritura cite “o dia do juízo” (Mt 11:22; 12:36), “aquele dia” (Mt 7:22) e “o dia da ira” (Rm 2:5) não significa literalmente um período de 24 horas, já que a duração do julgamento não pode ser precisamente determinada. É difícil apresentar um cronograma escatológico perfeito, mas isso não quer dizer que não há uma referência sobre a mesma, como é possível observar em algumas passagens bíblicas que orientam que o juízo se seguirá à ressurreição dos mortos (Jo

5:28 e 29; Ap 20: 13). O “Novo céu e nova terra” se tornarão uma realidade após o juízo (Ap 21:1). Então, o juízo final acontecerá depois da ressurreição e antes da eternidade com o Senhor. Segundo a Confissão de Fé de Westminster (MARTINS, 1991, p. 161), Capítulo XXXIII.III, “Do Juízo Final”:

Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos a dizer: “Vem logo, Senhor Jesus!” Amém.

### 3. JESUS CRISTO PRESIDIRÁ O JULGAMENTO E TERÁ ASSESSORES

Segundo o ensinamento do Credo Apostólico, Jesus Cristo será o Juíz: “(...) ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao céu; está assentado à mão direita de Deus Pai Todo-Poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos”. Essa honra da Sua realeza lhe foi concedida pelo Pai (“Ao filho



confiou todo o julgamento” – Jo 5:22 A) como recompensa por sua obra expiatória e constitui uma parte de Sua exaltação (Jo 5: 27; At 10:42 e 17:31; 1 Co 4:5; 2 Tm 4:1), sendo que o Juiz justo e reto administrará perfeitamente o julgamento final. “É realmente mais apropriado que Cristo seja o juiz do juízo final. Foi ele quem se encarnou, morreu e ressuscitou para a salvação do seu povo. Os que creem são por eles salvos; por isso é mais próprio que ele seja seu juiz” (HOEKEMA, 2001, p. 301).

Em resposta à Pergunta 56 - “Como há de ser Cristo exaltado quando vier pela segunda vez, para julgar o mundo? - do Catecismo Maior de Westminster (MARTINS, 1991, p. 208):

Cristo há de ser exaltado em sua vinda para julgar o mundo, pois, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus, virá uma vez no último dia, com grande poder e na plena satisfação da sua glória e na de seu Pai, com todos os seus santos anjos, com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus, para julgar o mundo em retidão.

O escritor A. Hoekema (2001, p. 299), ao comentar que não devemos praticar a analogia dos tribunais humanos tão literalmente, cita as palavras de E. A. Litton:

Um julgamento humano é estritamente um processo de investigação. No juízo final, porém, o Juiz é onisciente e não tem necessidade de provas que o convençam; Ele preside ao julgamento com um conhecimento perfeito do caráter e da história de cada um que estiver perante Ele. O grande dia será mais um dia de publicação e execução do que de julgamento estritamente concebido.

Quanto aos santos em seu estado glorificado, esses participarão da obra judicial de Cristo, embora não seja possível determinar precisamente que funções ou papel desempenharão no processo (1 Co 6:2 e 3) e os anjos também assistirão o Juiz nessa grande obra (Mt 13:41 e 42 e Lc 22:30).

#### 4. AS PARTES QUE SERÃO JULGADAS

Será um juízo universal que envolverá seres humanos e anjos. Cada indivíduo da raça humana terá de comparecer

perante o tribunal (Ec 3:17, 11:9, 12:14; Rm 14:10; 2 Co 5:10). Todos os humanos de todas as épocas ressuscitarão para o juízo, sendo que até mesmo os mortos ressuscitarão do mar - “Deu o mar os mortos que nele estavam” (Ap 20:12 e13).

Segundo o teólogo J. I. Packer (1987, p. 130):

Não deve ser vista primariamente como um truque com o qual se amedronta os homens para que tenham uma aparência de “correção” condicional. É verdade que tem suas implicações assustadoras para os ímpios, mas seu ponto principal é a revelação do caráter moral de Deus e concede significado moral à vida humana.

Os salvos não entrarão em juízo condenatório. Os pecados estão perdoados, justificados por Cristo. “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8:1). A declaração “não entra em juízo” (Jo 5:24) não significa que o cristão não terá de comparecer perante o tribunal de Cristo, mas significa que ele não será condenado (HOEKEMA, 2001, p. 306).

Os ímpios na verdade já estão condenados (Jo 3:18). Na oportunidade do julgamento ouvirão a publicação da sentença final: “Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos” (Mt 25:41 e 2 Pe 3:7). Em resposta à Pergunta 89 - “O que acontecerá aos ímpios no dia do juízo?” - do Catecismo Maior de Westminster (MARTINS, 1991, p. 240):

No dia do juízo, os ímpios serão postos na mão esquerda de Cristo e, sob clara evidência e plena convicção da própria consciência, terão pronunciada contra si a terrível, porém justa, sentença de condenação; então, serão excluídos da presença favorável de Deus e da gloriosa comunhão com Cristo, com os seus santos e com todos os santos anjos, e lançados no inferno, para serem punidos com tormentos indizíveis do corpo e da alma, com o diabo e seus anjos para sempre.

Também serão julgados Satanás e seus demônios (Mt 8:29; 1 Co 6:3; 2 Pe 2:4; Jd 6). Os cristãos terão alguma participação nesse ato de julgar, porém, não sabemos como isso ocorrerá. Segundo a Confissão de Fé de Westminster

(MARTINS, 1991, p. 159), Capítulo XXXIII.I, “Do Juízo Final”, os anjos apóstatas serão julgados:

I- Deus já determinou um dia no qual, com justiça, há de julgar o mundo por meio de Jesus Cristo, a quem, pelo Pai, foram dados o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas igualmente todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta de seus pensamentos, palavras e feitos, e receberão o galardão segundo o que tiverem feito, o bem ou o mal, por meio do corpo.

Mesmo que os estudiosos ou simples leitores da Bíblia tenham dúvidas sobre vários aspectos do juízo final não significa que o mesmo, como doutrina cristã, não exista ou existirá. Como expressou o teólogo J.I. Packer (2004, p. 215): “O evento é imaginável, sem dúvida, mas a imaginação humana não é a medida do que o Deus soberano pode fazer e fará”.

## 5. A MATÉRIA DO JUÍZO SÃO AS OBRAS FEITAS NO CORPO

O Senhor não necessita realizar uma investigação nas vidas das pessoas, crentes e não crentes, para determinar quem será salvo e quem não o será (Ef 1:4 e Jo 10: 28 e 29), pois Ele mesmo predestinou (elegeu, escolheu) quem seria salvo - “Assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo” (Ef 1:4 A). Segundo o teólogo Charles Hodge (2001, p. 1644-1645):

Os homens serão julgados de conformidade com suas obras; os segredos do coração serão trazidos à luz. O juízo de Deus não se baseará nas profissões de fé ou nas relações dos homens, nem em suas aparências, nem na reputação que tiverem entre seus semelhantes, mas em seu verdadeiro caráter e conduta, por mais secretos e encobertos que sejam seus atos diante dos homens.

Trabalho, e, por conseguinte, galardão (Ap 22:12), certamente são esperados, mas simplesmente como um índice de fé viva (Tg 2:14-16), e jamais como base de reivindicação perante Deus. Não pode haver confusão ou dúvidas porque

somos salvos pela fé somente em Cristo (Ef 2:18 - 10). As obras não justificam, mas testemunham a fé genuinamente bíblica (Tg 2:26 e Ap 20:12). Como disse o Reformador João Calvino (HOEKEMA, 2001, p. 307): “Só a fé que justifica, e mesmo assim a fé que justifica não está só”.

Segundo o Dr. Michael Horton (2017, p. 250): “Levamos nossas boas obras não a Deus para reembolso, mas ao nosso próximo, para seu bem. Como Lutero expressou: concluimos que um cristão vive não em si mesmo, mas em Cristo e no próximo. Ele vive em Cristo pela fé e em seu próximo pelo amor”.

Não ficará nada fora do julgamento, sejam pensamentos, obras (Lc 12:2; 1 Co 3:8) e até as palavras – “Digo-vos que de toda palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta no Dia do Juízo” (Mt 12:36). Portanto, o cuidado de santidade abrange todas as áreas. Outros exemplos: desejo mais íntimo, prática sexual fora dos padrões bíblicos, relacionamentos opressivos, administração do tempo e bens, manipulação de resultados, política

eclesiástica, omissão evangelística frente a uma sociedade pluralista, egoísmo, corrupção, conteúdo antibíblico na pregação e ensino etc. Como opinou o teólogo R. G. Sproul (2017, p. 460):

Insistimos na doutrina da justificação somente pela fé, mas às vezes nosso entusiasmo com a redenção pela fé e não pelas obras nos leva a pensar que as obras não são importantes para Deus. Entretanto, em Mt 7:15 – 20 lemos que o julgamento será de acordo com as obras. As recompensas que Deus concederá ao seu povo no julgamento final serão de acordo com as obras. (...) portanto, as obras são extremamente importantes, tanto boas quanto más, porque serão todas levadas ao julgamento.

## 6. PROPÓSITO PRINCIPAL DO JUÍZO FINAL: A GLÓRIA DE DEUS

Segundo a Confissão de Fé de Westminster (MARTINS, 1991, p. 160), Capítulo XXXIII.II, “Do Juízo Final”:

O fim que Deus tem vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória – a glória de sua misericórdia na eterna salvação dos eleitos, e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes. Os justos irão, então, para a vida eterna, e receberão aquela plenitude de



alegria e refrigério procedentes da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna, proveniente da presença do Senhor e da glória de seu poder.

Mesmo que na história se encontrem argumentos indicando propósitos importantes na execução do julgamento como a revelação do destino de cada pessoa e a revelação do grau de punição de cada um, o que é central no dia do juízo não é o destino dos indivíduos, mas sim a glória de Deus (HOEKEMA, 2001, p. 299).

Os Pais da Igreja pouco disseram sobre o juízo final, mas geralmente ressaltam a sua certeza. A maioria deles são da opinião que os santos no céu desfrutarão vários graus de bem-aventurança, comparáveis com as virtudes que os adornavam na terra. Alguns dos seus escritos abundam com representações sensuais dos prazeres do mundo futuro. Os Pais posteriores ficaram firmes na sua convicção de que haveria um juízo final no fim do mundo. Mas falavam disso

mormente em linguagem altamente retórica, assim como faziam com os demais acontecimentos escatológicos, contudo sem transmitir informações definidas.

Os reformadores se contentaram com a afirmação da simples doutrina das Escrituras, que Cristo voltará para julgar o mundo. Tomavam o cuidado de distinguir entre o juízo geral, o fim do mundo e o julgamento que ocorre na morte de cada indivíduo, que é secreto e individual. O propósito do juízo geral era entendido como a pública vindicação da justiça divina em executar as sentenças finais. Participavam da crença comum na eterna felicidade do céu e os eternos tormentos do inferno (BERKHOF, 1992, p. 241-242).

## 7. PRINCIPAIS OBJEÇÕES A RESPEITO DO JUÍZO FINAL

Há defensores de que o juízo final é metafórico, simbolizando apenas a separação do mundo e da igreja. Como um processo imanente atual tendo como base a máxima do filósofo Friedrich Wilhelm Joseph Schelling: “A história do

mundo é o julgamento do mundo”. A ideia do juízo agindo por si mesmo faz de Deus um ser ocioso, que apenas vê e aprova a distribuição de recompensas e castigos. Também é insuficiente no âmbito da justiça perfeita, já que a corrupção dos homens é grande e os julgamentos que deveriam ser imparciais, no entanto, se deixam levar pela parcialidade (apud SPROUL, 2017, p. 455).

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche anunciou no século XIX a morte de Deus, notícia que levou os jornais divulgarem como uma vitória importante para o humanismo, libertando a humanidade da dependência de uma deidade sobrenatural. A dedução é óbvia, já que Deus não existe, não é preciso temer o julgamento final, assim não há responsabilidade moral (SPROUL, 2017, p. 456).

Outros, ao pensarem em Deus julgando, questionam Sua perfeição moral. Pois bem, se Deus não fizesse distinção entre os seus servos (como Estevão – At 7:5 – 60) e os monstros da história (como Adolf Hitler), seria uma indiferença moral que indicaria a imperfeição de Deus. A verdade é que parte da

perfeição moral de Deus é sua perfeição no julgamento (PACKER, 1987, p. 130).

O escritor Ladd (2014, p. 440-441), comentando sobre o assunto expressou:

Para os que creem, o juízo com efeito já aconteceu e eles foram absolvidos e encontrados justos. Para os que não creem, seu destino está selado, seu juízo é certo. Portanto, o juízo final será na realidade a execução do decreto de juízo que já foi passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doutrina arrolada neste artigo procurou trazer informações bíblicas e apresentar uma teologia de cunho reformado sobre o Juízo Final. Sabendo da relevância do assunto e, infelizmente, observando o cenário evangélico brasileiro e internacional onde a doutrina foi perdendo espaço nas discussões escatológicas e nas prédicas pastorais, foi de suma importância discorrer sobre o tema para todos certificarem que comparecerão diante do Senhor Jesus para o julgamento final, para viverem procurando glorificar ao

Senhor com suas obras, pois elas serão julgadas para o grau do galardão, mas jamais como recompensa e merecimento salvífico.

Sem dúvidas, teríamos um melhor testemunho pessoal dos cristãos e por decorrência das denominações eclesiásticas se os santos (aqueles salvos em Cristo Jesus) vivessem o cristianismo que professam com responsabilidade nas variadas áreas da sociedade, pois não basta saber o seu lugar na sociedade, é necessário fazer diferença proativa, sabendo que prestarão contas ao seu Senhor - “Importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo” (2 Co 5:10). Que o Espírito Santo mova a todos à adoração e desperte mente e corações para o louvor do Senhor e para o compromisso com Sua Palavra.

## REFERÊNCIAS

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. 2ª Ed. São Paulo: CEP, 2001.

\_\_\_\_\_. **História das Doutrinas Cristãs**. São Paulo: PES, 1992.

**BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA**. João Ferreira de Almeida. Ed. Revista e Atualizada. São Paulo: CEP e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: HAGNOS, 2001.

HOEKEMA, Andrew Anthony. **A Bíblia e o Futuro**. 2ª Ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

HORTON, Michael. **Calvino e a Vida Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2014.

MARTINS, Valter Graciano. **A Confissão de Fé, O Catecismo Maior e Breve Catecismo**. São Paulo: CEP, 1991.

PACKER, James I. **O Conhecimento de Deus**. 3ª Ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1987.

\_\_\_\_\_. **Teologia Concisa**. 2ª Ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SPROUL, Robert Charles. **Somos todos Teólogos. Uma Introdução à Teologia Sistemática**. São Paulo: Fiel, 2017.